



## RODOVIA TRANSAMAZÔNICA (BR-230): COROLÁRIO DE NOVAS REALIDADES E PROBLEMAS TERRITORIAIS

Transamazônica road (BR-230): consequence of new realities and territory problems

Carretera federal Transamazônica (BR-230): consecuencia de nuevas realidades y problemas territorios

José Antônio Herrera <sup>1</sup>

Flávio Rodrigues do Nascimento <sup>2</sup>

### RESUMO

Frentes de ocupação e dinamização de atividades produtivas na Amazônia, vantagens locais e instalação de infra-estruturas, são exemplos que vêm configurando e forjando novos territórios e desencadeando novos problemas ambientais e impactos territoriais emergentes, nesta porção do país que compõe cerca de 60% do Brasil. Um dos ícones deste contexto é a Rodovia Federal Transamazônica/BR-230, como infra-estrutura necessária a consolidação territorial por parte do Estado e grandes corporações do capital. Decorre daí, diversos desdobramentos no espaço e no território, que vão além das reconfigurações locais, acionando e atingindo impactos territoriais e ambientais regionais, que aqui e acolá, ratificam a Amazônia como o lócus da reprodução ampliada do capital no Brasil, no Século XXI, na busca de bases e setores da concretude do capital Produtivo nacional e Global. É sobre isto que o texto trata.

**Palavras-chave:** Estado, Infra-Estrutura, Desenvolvimento, Amazônia, Ambiente e Território.

### ABSTRACT

Occupation fronts and boosting productive activities in the Amazon, rental advantages and infrastructure installation, are examples that have been configuring and building new territories and causing new environmental problems and emerging territorial impacts in this part of the country - which makes up about 60% of Brazil. One of the icons of this context is the Transamazon Federal Highway/BR-230, as a necessary infrastructure the territorial consolidation by the State and large corporations of the capital. There is a result, several developments in space and territory, which go beyond local reconfigurations, triggering and reaching regional territorial and environmental impacts, which here and there, ratify the Amazon as the locus of expanded reproduction of capital in Brazil, in the 21st century, in the search for bases and sectors of the concreteness of the national and global productive capital. This is what the text deals with.

**Keywords:** State, Infrastructure, Development, Amazon, Environment and Territory.

<sup>1</sup> Prof. da FacGeo do Campus Universitário de Altamira e do PPPGEO UFPA. Coordenador do Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais da Amazônia – LEDTAM. e-mails: herrera@ufpa.br e herrera@pq.cnpq.br

<sup>2</sup> Prof. do Dept de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFC. Coordenador do Núcleo de Estudos em Hidrogeografia-NEPH e da REDE ÁGUAS . e-mails: flaviorn@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

Neste texto apresenta-se a ideia, na verdade, retoma-se a ideia de que os eventos promovidos na Amazônia contribuíram para penetração e expansão capitalista no território, tendo como aliado central o Estado brasileiro que historicamente promoveu incentivo e créditos para os grandes conglomerados econômicos nacionais se instalarem na região. Em destaque, no escopo do texto, faz-se referência a abertura da Rodovia Transamazônica (BR 230) como um dos principais, se não o principal evento promovido pelo Governo brasileiro na região Sudoeste do estado do Pará.

Para isso, inicialmente, é feita uma breve contextualização sobre o processo de integração da região à economia nacional, provocando o pensar sobre o trocadilho “integrara para entregar”, dando sentido ao fato que a lógica de produção capitalista aproveitou muito mais dos programas de integração do que os próprios sujeitos locais.

Em seguida apresenta-se “tempos e incentivos para entregar” como tentativa de construção linear sobre os principais registros em que o Estado brasileiro e o capital privado promoveram o processo de ocupação da Amazônia e conseqüentes transformações na lógica de reprodução social local, reorganizando os espaços e ordenando as dinâmicas produtivas.

Qualquer discurso sobre o processo de ocupação da região amazônica, seja ele no mundo acadêmico seja no dos cidadãos comuns, terá como determinante histórico a abertura da estrada BR 230, a Transamazônica. Com essa ideia que se chega ao ponto central do texto, “a abertura da Rodovia Transamazônica (BR-230): agora pega o que é seu!”.

O mote é mostrar a abertura da rodovia como um evento importante dentro do planejamento de ocupação e dominação do território, sobremaneira no que tange a área paraense de influencia da rodovia, demonstrando os efeitos e algumas conseqüências ocasionadas pela forma como foi planejada, executada e como hoje ela, a rodovia, tem atendido a lógica capitalista de apropriação dos recursos naturais. Como exemplo, neste contexto de influencia da rodovia foca-se ao trecho emblemático do município de Anapu, o qual muito esteve veiculado na mídia com números elevados da taxa de desmatamento e de conflitos sociais no campo.

Por fim, têm-se neste texto, algumas considerações para não concluir, pois se entende que ainda há a imensa necessidade de se discutir, em geral sobre as políticas públicas e as propostas de desenvolvimento pensadas para região e em específico as dinâmicas estabelecidas na região a partir da abertura das rodovias.

## Integrar para entregar

O convite feito à Amazônia para se integrar à economia nacional não passou pela perspectiva de que a convidada se tornaria beneficiada. Pelo contrário, o processo resulta de interesses em canalizar e catalisar investimentos de outras regiões com baixo ou nenhum custo. Oliveira (2009, p.83), definiu esse processo como “a reconquista da Amazônia”, pois não se diferenciou da conquista original, da descoberta. A expressão reconquista conduz à geopolítica “como forma própria do mercantilismo [...], ancorada nas práticas ancestrais da colonização portuguesa no capítulo da expansão e da consolidação além-Tordesilhas”.

Para Brito (1999, p.196) a política implementada na Amazônia, com o discurso de desenvolvê-la, tendo o Estado como alocador de recursos via incentivos fiscais e creditícios, resultou na modificação da organização socioespacial da região. Além dos conflitos sociais, as políticas públicas de desenvolvimento acarretaram impactos ambientais como desflorestamento e poluição dos rios.

O processo de integração caracterizou a colonização interna do país, apoiado no argumento de que se tratava de uma região atrasada, vazia demográfica e econômica, logo desconsiderando a realidade sociocultural existente para atender aos interesses de fora, assim sendo, a integração foi promovida em razão dos recursos existentes na região em atendimento ao capital.

Integrar a Amazônia ao capitalismo significa inseri-la, plena e definitivamente, no mercado nacional e internacional, nas trocas mediadas pelo dinheiro sob a égide do capital industrial e financeiro. Significa transformar seus recursos naturais em valores que pudessem ser incorporados ao circuito das trocas monetárias com a produção industrial nacional ou internacional, isto é, se tornar parte integrante da circulação do capital. Isso não podia ser realizado sem a mobilização do trabalho que valorize esses recursos (terras, mata, minério), isto é, sem a formação de um mercado de força de trabalho (HÉBETTE, 2004, p.62).

A integração ocorre descaracterizando o contexto histórico e a formação econômico-social da região. Percebe-se o impacto mediante a alteração na apropriação dos recursos naturais e com a desestruturação da realidade social local, condicionando a população à marginalidade dos resultados dos empreendimentos, historicamente, realizados. O formato coercitivo da ação integradora suprime a independência e autonomia dos lugares submetidos à dinâmica imposta pelo capital.

Mendes (2012, p.143) em sua obra célebre intitulada “A invenção da Amazônia” destaca que a integração, a qual o autor tratou como interdependência, faz com que a Amazônia saia do isolamento físico via novas alternativas de transporte e melhoria das comunicações, permitindo consequentemente o acesso a novas frentes de produção. Por outro lado, Mendes afirma que.

Esta interdependência física não age, todavia, necessariamente, no sentido de assegurar ou ampliar a interdependência econômica, a sociocultural, a política e a institucional-administrativa. Ao contrário, tende a agravar essas dependências e consequentemente o efeito de dominação do Centro-Sul sobre o Extremo Norte. [...] tendo feito inclusive cunhar a expressão “efeitos perversos” não no sentido moral, mas no sentido etimológico de desvio do caminho traçado (MENDES, 2006, p.143).

Na verdade tem-se a alocação do capital buscando reservar espaços privilegiados para acumulação. Brandão (2007, p.77) destaca que a fase de integração deriva da natureza concorrencial entre as diferentes frações do capital que se aloca na região. Para enfatizar a afirmação, o autor cita o seguinte trecho de Egler (1993).

De um lado o capitalismo busca ampliar ao máximo o espaço econômico para realizar-se enquanto valor que se valoriza, de outro a concorrência visa segmentar este espaço em territórios econômicos onde frações de capital definem as regras do jogo através de mecanismos políticos e econômicos (EGLER, 1993, p.155).

As alocações dos capitais na região foram estimuladas por meio de incentivos fiscais e créditos oferecidos pelo Estado, a exemplo disso Picoli (2006, p.39) apresentam a informação da Sudam (2001) referente ao valor em reais (R\$) distribuídos entre os anos de 1966 e 2001, o montante foi de R\$ 10.684.474.105,07 para projetos aprovados em nove Estados da Amazônia brasileira. O objetivo principal dos incentivos era tornar a Amazônia integrada ao mercado mundial. Essa política de integração, segundo o referido autor, propagou a miséria na região ao contribuir para a desapropriação, mudança nos hábitos, e com isso, aumentando a violência. Picoli (2006) afirma que o “projeto consegue implantar com sucesso o modelo de expansão capitalista em detrimento às massas”.

De acordo Loureiro (2009, p.43), o projeto de integração foi estratégia de sucessivos governos. As alianças dos Governos com os grandes capitais propiciaram sem cessar a produção e reprodução da desigualdade e exclusão social das camadas desfavorecidas, deixando não só muitos sujeitos de fora dos benefícios concedidos como também perderam suas terras e o próprio modo de vida.

Em consequência desse processo, cria-se nova formação de trabalhadores, “de expropriados a marginalizados, de marginalizados a explorados, de explorados a super-explorados”, segundo Picoli (2006, p.43) trata-se do capitalismo de centro que transfere suas estratégias para o capitalismo periférico.

A integração da Amazônia na divisão inter-regional foi uma estratégia de ocupação da fronteira de expansão do capitalismo, deslocando de áreas “concentradas” para espaços em que possibilitava o agente privilegiado (capitalista) a condição de ditar, (re) desenhar, delimitar e negar domínio de ação e raio de manobra de outrem (BRANDÃO, 2007, p.84).

O movimento gerado na Amazônia quando forçada sua integração à economia nacional ficou registrado por Loureiro (2009, p.112) como “modernização às avessas”, por contrastar com os outros processos de modernização que sucederam no mundo ocidental. O ocorrido, segundo a autora, frustrou as expectativas de proporcionar às camadas sociais desfavorecidas as materialidades e os benefícios imateriais no âmbito da cultura, da educação, da saúde. A modernização às avessas representa os equívocos políticos, sociais e econômicos que impregnaram a região ao longo da história.

Nesse sentido, Picoli (2006, p.96) afirma que no desenvolvimento extensivo e cumulativo, os capitalistas usaram vastas áreas de terras e também a tática da expropriação dos posseiros e dos povos tradicionais. O autor ressalta ainda que “a lei de acumulação é a relação entre trabalho pago e não pago, fruto do prolongamento e da intensificação das jornadas de trabalho, bem como da redução dos salários”, portanto, a acumulação se faz submetendo os trabalhadores ao decréscimo da remuneração do trabalho pelo que se paga ou pelo aumento de trabalho.

Em verdade, o poder hegemônico passa a enquadrar e hierarquizar as relações, processos e estruturas para incorporar todos em sua órbita, isso, forjando e cristalizando relações de força que determinam os limites e condicionam as ações dos subalternos. O poder orquestrador faz isso ocultando ao máximo os conflitos e fissões, regulando as contradições presentes nas diversas frações do capital.

O controle exercido pelo capital na Amazônia, bem como perpetuação da condição imposta pelo atrelamento à economia nacional se faz devido ao modo de produção capitalista ter “evoluído” ao ponto de estabelecer diferentes formas na apropriação dos meios de produção e nas relações sociais. Não se pode deixar de compreender que a separação do produtor dos seus meios de produção, a criação da mercadoria, o lucro e, por fim, a acumulação do capital na Amazônia pode ser promovida pela forma primitiva, autoritária, mercantil ou mundializada.

Nascimento (1983, p.181), ao citar o seguinte trecho da obra de Marx, explicita o quanto a tendência descrita em “O Capital” remete à realidade dos dias de hoje na Amazônia.

Esta dissolução entre condições de trabalho e produtores, que constitui o conceito de capital, inaugura-se com a acumulação primitiva depois aparece como processo ininterrupto na acumulação e concentração do capital e agora finalmente se expressa pela centralização em poucas mãos de capitais já existentes e pela descapitalização (a nova forma de expropriação) de grande número de capitalistas (MARX, Livro III, v.4, 1975 em NASCIMENTO, Op Cit, Ibid).

Nesse sentido, a mudança na forma de expropriação deve ser estudada, não de modo isolado, mas em conexão com o processo de concentração e centralização. Por esse prisma,

explicar a transformação na Amazônia, assim com a separação do produtor direto dos seus meios de produção deve-se fazer entendendo o aprofundamento do processo de integração à economia nacional, ou seja, com a expansão do próprio modo de produção capitalista sobre o território amazônico.

Tal circunstância aprofunda os desequilíbrios regionais. Esse processo teve êxito para o capital principalmente em função da participação do Estado brasileiro, que se colocou a serviço dos grandes conglomerados capitalistas (nacionais e internacionais) por meio de programas, incentivos e créditos.

O Estado brasileiro facilitou a expansão capitalista na região, tendo como estratégia os incentivos fiscais e crédito. A análise histórica mostra que em escala internacional, a reprodução do capital não se efetiva sem a participação do país. Na última fronteira de ocupação brasileira, desde que foi instalada a ditadura militar brasileira, a penetração de forma capitalista foi intensificada com ampla organização do poder do Estado (PICOLI, 2006, p.45).

O modo de produção capitalista encontra na Amazônia mecanismos facilitados para penetração e expansão da lógica de acumulação ao desencadear relações de sujeição dos posseiros, indígenas e dos colonos residentes ou os recém-chegados. Configura-se a região como espaço de apropriação dos recursos naturais pelos capitais nacionais e internacionais por meio de cooptação e/ou expulsão das populações e dinâmicas locais.

### **Tempos e incentivos para entregar**

Embora se considere a década de 1970 como marco do processo de ocupação da última fronteira agrícola brasileira, a iniciativa de integrar a região à economia nacional já vinha sendo planejada e executada há algum tempo, desde pelo menos a década de 1950, quando o Governo Federal considerou que as dinâmicas locais ou o povoamento por migrantes descapitalizados não garantiria o desempenho regional esperado. Ocorre em meados da década de 1970 que o Estado Nacional assume o papel de indutor do processo, estimulando o acesso das empresas à região e, por consequência, a configuração do território de contradições e conflitos.

Nas primeiras décadas de expansão da fronteira amazônica, a terra de trabalho era ocupada pelos antigos moradores e por migrantes pobres que o Governo federal estimulava através de suas ações políticas. Da mesma maneira, a terra de negócios era ocupada por empresários financiados por dinheiro público ou influenciados por políticas nacionais voltadas para a região (LOUREIRO, 2009, p.72).

Até 1950, duas fases econômicas marcaram a história da Amazônia, sendo a primeira estimulada pela exploração e comércio de especiarias. Nesse período, tentou-se a primeira formação agrícola na região sob o comando da política mercantilista do marquês de Pombal,

mediante a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. De acordo com Pandolfo (1994, p.45) “essa tentativa, todavia, não logrou êxito voltando a região às práticas extrativas”. De todo modo, percebe-se a primeira tentativa de condução da dinâmica produtiva e econômica da região por meio de uma tomada de decisão externa e conflitante às práticas tradicionais.

A segunda fase, ou ciclo da borracha como muitos a definem, foi caracterizada por dois momentos: no primeiro período (1850-1910) a atividade garantiu retornos econômicos para as oligarquias da borracha, muitos atribuem à prosperidade econômica regional (momento em que são consolidadas as cidades de Belém e Manaus) a esse período. “A borracha amazônica tinha grande repercussão na economia nacional, representando 40% das exportações brasileiras, segunda receita cambial do país”, menor apenas que o café. Segundo Monteiro e Coelho (2004, p.96) o período marca o dinamismo da economia da borracha, nessa fase a região Norte conta com alto crescimento populacional, passando de 332.847 habitantes, em 1872, para 1.439.052, em 1920, dentre esses foram estimados mais de 300.000 nordestinos, principalmente cearenses.

No segundo período, após os anos dourados da Amazônia, a borracha perde mercado para o comércio do Oriente, com isso tem-se profunda decadência (1910-1940). O governo tentou remediar a situação criando, em 1912, o “Plano de Defesa da Borracha”, tal ação previa a concessão e a remuneração aos que efetivassem a implantação de seringais ou instalações para o beneficiamento do látex. Sem êxito, acontece em seguida a estagnação.

A partir da década de 1950, têm início as tentativas e as estratégias de modernização patrocinadas pelo Estado nacional. Este feito tem o marco inicial na institucionalização do processo de valorização econômica da região, através do dispositivo previsto na Constituição Brasileira de 1946 (PANDOLFO, 1994, p.48; MONTEIRO e COELHO 2004, p.99). A partir de então, a aplicação racionalizada de capitais, fica sob a coordenação do Estado, para planejar o desenvolvimento, o qual delibera que a Amazônia teria por vinte anos consecutivos o investimento de 3% do total da receita de impostos federais.

A execução do plano de desenvolvimento ficou a cargo da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), criada pelo Decreto de nº 1.806, em janeiro de 1953. Esse Decreto previa a ampliação da Amazônia e, com isso, a definição de “Amazônia Legal” (PANDOLFO, 1994, p.48). Dentre as ações realizadas pela superintendência estão: o exame preparatório da realidade amazônica, que tinha como objetivo levantar os principais problemas básicos e as condições para os empreendimentos; o Programa Emergencial (1954),

primeira tentativa de planejamento regional; e o I Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia para o período 1955-59.

Notadamente, a obra que define a atuação da SPVEA para integração da região é a construção da rodovia Belém-Brasília. A obra redesenha a ordem regional, desde a substituição dos principais meios de transportes até a fixação de um numeroso contingente humano de outras regiões em espaços antes despovoados. Todavia, esse processo se caracteriza desordenado no que diz respeito à configuração do território.

Em relação à abertura e construção da rodovia Belém-Brasília, Costa (1998) faz a ressalva de que se constitui um marco para Amazônia devido à aceleração do fluxo migratório, e assim, destaca.

A construção da Belém-Brasília vem constituir-se em marco na aceleração desses fluxos que, provindo do Sul, via Goiás e Minas Gerais, e do Nordeste, via Maranhão, penetram a Amazônia (Velho, 1972; Hébette; Marin, 1979). Tem-se, assim, ao longo dos anos 60, o definitivo estabelecimento da fase amazônica do desenvolvimento da chamada “fronteira agrícola” nacional (COSTA, 1998, p.44).

Apesar dos resultados obtidos com a política de valorização econômica coordenada pela SPVEA, partindo da hipótese que a estruturação da sociedade local e a dinâmica adotada seriam incapazes de proporcionar o desenvolvimento regional, o governo intensifica as políticas de ocupação no intuito de atrair os empresários do Centro-Sul para a região, estabelecendo um “modelo de desenvolvimento amazônico”. O Estado teria a responsabilidade de indução do crescimento econômico, no entanto, como afirmou Monteiro e Coelho (2004, p.103), “ao promover a expansão capitalista, o Estado nacional promoveu alterações nas dinâmicas sociais existentes na região”.

Tradicionalmente, o posseiro operou como desbravador do território, como amansador da terra. A verdade é que, pressionado pelas empresas capitalistas interessadas em desalojá-lo de suas terras, foi frequentemente utilizado para deslocar os grupos indígenas, para avançar sobre a terra deles, desalojando o índio, porque desalojado pelo capital. No caso mais recente e atual da ocupação das novas regiões, como se dá na Amazônia, a verdade é que o capital amplamente estimulado pelo Estado já avança, ao mesmo tempo, sobre terras de posseiros e terras indígenas (MARTINS, 1991, p.67).

Configurou-se, nesses termos, uma política de desenvolvimento regional semelhante à aplicada na região Nordeste, tendo incentivos fiscais e apropriação facilitada de terras para grandes empresas e fazendeiros. A consequência dessa política se dá na mudança das dinâmicas sociais e ecológicas, acelerando a substituição das florestas e a ampliação da concentração fundiária.

A concepção que prevalece à época é que somente o grande capital seria capaz de efetivar a modernização do território. Dessa forma, esse contou com a proteção do poder



público, com isenção de impostos, incentivos fiscais, juros simbólicos e até a isenção. O grande capital, além de contar com os incentivos, dava preferência às terras de qualidade já desmatadas pelos indígenas e posseiros, usufruindo da conhecida “Operação Amazônia”.

Neste processo, os colonos, os posseiros e os povos originários serviram na sua grande maioria de amansadores da terra, visto que quem chegava depois eram os capitalistas, com a documentação das terras, algumas vezes legal, outras forjadas. As possíveis irregularidades na documentação das áreas eram oriundas da indústria da falsificação promovida pela grilagem da terra (PICOLI, 2006, p.56).

Os órgãos do governo como Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o Banco da Amazônia S.A (BASA), foram colocados à disposição dos investidores. Kohlhepp (2002) considera duas medidas tomadas por parte do Governo como essenciais na tentativa de promover o desenvolvimento econômico na Amazônia:

- 1- Ação estatal para o desenvolvimento da infraestrutura, concentrada no transporte rodoviário, como parte central dos esforços para a integração da Amazônia. Projetos selecionados de colonização rural foram implementados. A redução de impostos para corporações foi um dos fatores mais importantes para atrair investidores privados aos projetos de desenvolvimento aprovados pelo Estado.
- 2- Ação privada foi baseada em investimentos em todos os setores econômicos mediante incentivos fiscais e a redução de taxas tributárias, a serem empregadas como capital de investimento, principalmente na criação de gado, indústria e projetos de mineração (KOHLHEPP, 2002, p.37).

Para Costa (2000, p.75) os incentivos capitalizaram velhas e decadentes oligarquias paraenses e propiciaram os latifúndios das frações da elite local. Atendeu-se, assim, em parte, à reivindicação regionalista de favorecimento, pela via da política do governo federal, ao homem amazônico. Desse processo, resultou a modernização de alguns segmentos tradicionalmente ligados à propriedade da terra ou a sua transformação em fazendeiros modernos ou, ainda, sua metamorfose em empresários urbanos produtivos ou especuladores. De qualquer modo, o que ocorre é a reoligarquização do agrário regional.

Em continuidade à política de desenvolvimento da Amazônia, o governo General Médici lançou na década de 1970, o Programa de Integração Nacional – PIN, que se articulava com o Programa de Redistribuição de Terras – PROTERRA.

Este programa foi lançado, na Amazônia, em 1970, comandada diretamente pelo governo federal, tendo como principais objetivos a construção dos dois grandes eixos rodoviários – a Cuiabá-Santarém e a Transamazônica – o ambicioso programa visava à ocupação econômica da área de influência dessas rodovias (PANDOLFO, 1994, p.77).

O programa foi baseado no conceito de planejamento de eixos de desenvolvimento, prevendo a construção de várias estradas de longa distância, sendo que essas serviriam de roteiros de migração para a Amazônia, “corredores de desenvolvimento”, como ficaram conhecidas.

### **Abertura da Rodovia Transamazônica (BR-230): agora pega o que é seu!**

O governo brasileiro divulgou o objetivo, ao planejar a rodovia Transamazônica, melhor integrar o Norte ao restante do país, além evidentemente de contribuir para o povoamento da região que fosse acessada pela rodovia. Antes da abertura da rodovia havia na região uma dinâmica social ao produzir que não necessariamente foi reconhecida, levada em consideração ao planejar a integração regional. A região apresentava uma dinâmica de exploração extrativa, prioritariamente a coleta de látex, para produção de borracha (HERRERA e GUERRA, 2006).

Com a abertura da estrada possibilitou-se a implantação e desenvolvimento de projetos oficiais e particulares de colonização direcionada em suas margens. Gradativamente, o extrativismo deu lugar a expansão de cultivos agrícolas e de sistemas de criação de gado bovino (HERRERA e GUERRA, 2006). A ocupação direcionada assentou na faixa da rodovia diversas famílias para ocupar porções dessas terras, construindo de maneira inicial um processo produtivo nessa região. Contudo, essa ocupação não se aproximou da meta estimada e discursada pelo governo. Segundo Gonçalves (2001):

Enquanto incentivos fiscais são colocados à disposição de fazendeiros e empresários, sobretudo do centro-sul do país e até mesmo estrangeiros, as 100 mil famílias de trabalhadores sem terra, que seriam estabelecidas ao longo da rodovia transamazônica, não passou de 10 mil famílias (GONÇALVES, 2001, p. 103).

O Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ficou responsável pela operacionalização do programa, e assim, desapropriou uma faixa de 100 quilômetros de largura dos dois lados da rodovia. A demora, por meio da burocracia, do INCRA em liberar os títulos das propriedades impedia que os colonos a terem acesso ao crédito (BECKER, 1998).

De acordo com o modelo do INCRA, para a operação de assentamento em grande escala, principalmente de trabalhadores rurais e arrendatários do Nordeste, foi fixada uma faixa de 10 quilômetros de extensão de ambos os lados das estradas através da Amazônia, com vistas ao estabelecimento de pequenas propriedades de 100 hectares cada, num sistema de rotação de terras com apenas 50% de devastação – o restante era organizado em unidades de até três mil hectares. Infelizmente, o plano de remover 2,2 milhões de Km<sup>2</sup> de terras de especulação por desapropriação ao longo das estradas principais não foi realizado (KOHLHEPP, 2002, p.38).

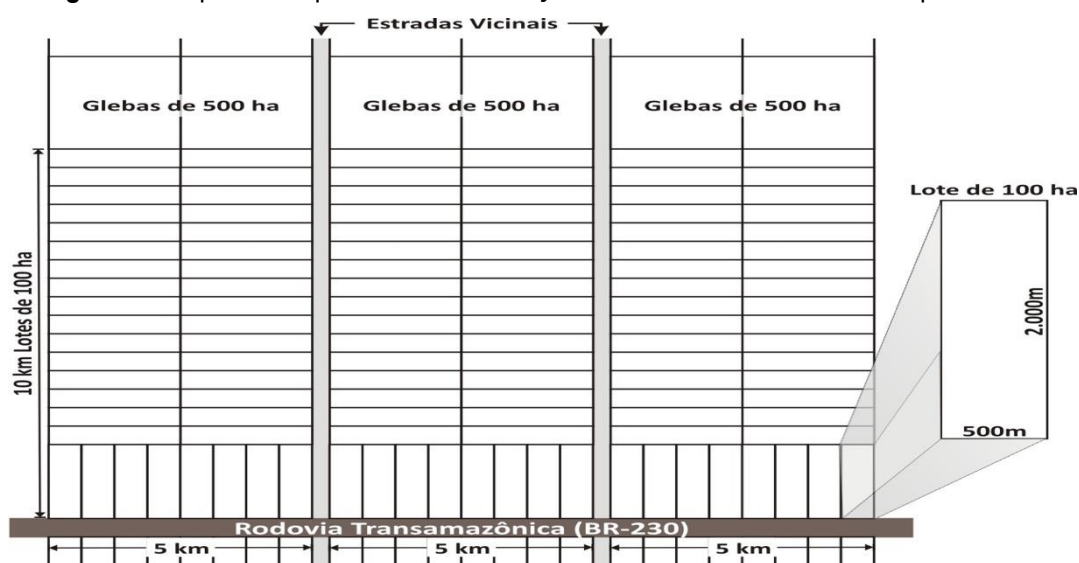
Sem dúvida, o mecanismo foi para povoar a Amazônia com pessoas oriundas de diferentes lugares do país, principalmente, a absorção do excedente populacional do Nordeste brasileiro. A meta, inicialmente, era assentar 500 mil colonos em cinco anos. Mais tarde o número foi reduzido para 100 mil, em meados de 1970 somente 7% do número inicialmente planejado estava assentado na Transamazônica (PANDOLFO, 1994, p.79; KOHLHEPP, 2002, p.38).

Para Guimarães (1976) a proposição do modal rodoviário era fomentar uma infraestrutura de base, que permitisse operações eficientes e integradas, a escolha estaria vinculada ao baixo custo de implantação e a capacidade de modificar completamente o panorama econômico de regiões. Segundo o referido autor, “a tendência natural desta é pouco a pouco se deslocar, até mesmo certos casos, transformando-se a estrada em via urbana” (GUIMARÃES, 1976 p.40).

No mesmo sentido, Reis (1972, p.71) destaca que a política rodoviária permitiria a ocupação de terras situadas as margens da rodovia e, além disso, garantiria o acesso terrestre do capital federal do país. Para o referido autor essa “integração representa [...] a grande operação geopolítica do futuro”.

Na figura 1, está esboçado o modelo de ocupação executado pelo INCRA. Após três anos de iniciado o programa, o governo retirou a ajuda alegando que os colonos já tinham condições de se emanciparem. A suspensão foi uma retirada estratégica, pois consideravam que o formato não possibilitava o desenvolvimento econômico esperado, desse modo, ficaram sem cumprir a maioria das premissas previstas no programa.

**Figura 1:** Esquema do padrão de colonização adotado na década de 1979 pelo Incra.



**Fonte:** Adaptado de Becker (1990) por BRITTO (2009, p.24).

Segundo Pandolfo (1994, p.81) o programa previa que cada colono receberia 100 hectares de terra, sendo 50 para plantio agrícola e 50 a serem mantidos como reserva florestal; a cada 8 a 10 quilômetros, haveria a instalação de uma agrovila, formada por grupos de 48 a 60 famílias, com armazéns, açougue e farmácias; as agrópolis se constituiriam da reunião de 20 agrovilas, dentro de um raio de 50 quilômetros, com posto médico, escola e culturas de

subsistência; e cada chefe de família receberia um salário mínimo, sendo transportado, por via aérea, do seu local de origem para um acampamento provisório, até receber sua posse de terra definitiva.

Para Herrera e Guerra (2006, p.6) a política do governo estava voltada para superar o agravamento e as distorções surgidas a partir da modernização conservadora. Os autores explicitam que o povoamento de novas áreas agricultáveis foi uma forma de o governo sanar os problemas do campo sem ter que promover a reforma agrária no Brasil. Até esse momento da história da exploração no setor agrícola, nada havia sido feito como possibilidade para os pequenos agricultores (fundamentalmente familiares), uma vez que os incentivos sempre foram destinados aos grandes latifúndios e às empresas agrícolas.

Furtado (1984, p.23) ao discutir sobre o desenvolvimento imitativo discorre em sua obra acerca da construção da Rodovia Transamazônica, afirmando ter sido essa obra “a expressão mais aberrante” do modelo de desenvolvimento imitativo, indicando “a tendência atávica de nossa sociedade ao elitismo e à opressão social”.

Cano (2007, p.29) destaca que o aceno para a ocupação dos “vazios” do território nacional constituiu a escamoteação por uma das mais graves questões nacionais, que é a reforma agrária. O autor faz tal observação enfatizando que a colonização do Centro-Oeste e da Amazônia foi pensada para dar vazão ao “excedente populacional” do país, principalmente, da região nordestina.

Além da solução paliativa quanto ao problema do excedente populacional nas demais regiões e a geração de um contingente populacional na Amazônia, mais nada foi atribuído positivamente por Kohlhepp (2002) à política de desenvolvimento adotada pelo governo. A seguir o autor expõe críticas aos resultados obtidos.

A colonização agrícola, especialmente ao longo da Transamazônica, foi um fracasso, pois as condições ecológicas não foram devidamente compreendidas [...]. Planejamento, levantamento topográfico, organização, informações aos colonos, modelos de uso da terra (mudança rápida para culturas permanentes) e facilidades de mercado foram inadequados. Mesmo o conceito da agrovila, de assentamentos centrais, falhou. Todavia, deu impulso à migração de massa para o Norte, tendo sido iniciada espontaneamente na segunda metade de 1970. A fronteira agrícola avançou rapidamente ao longo de uma série de frentes pioneiras, estendendo-se adentro das florestas tropicais (KOHLHEPP, 2002, p.39).

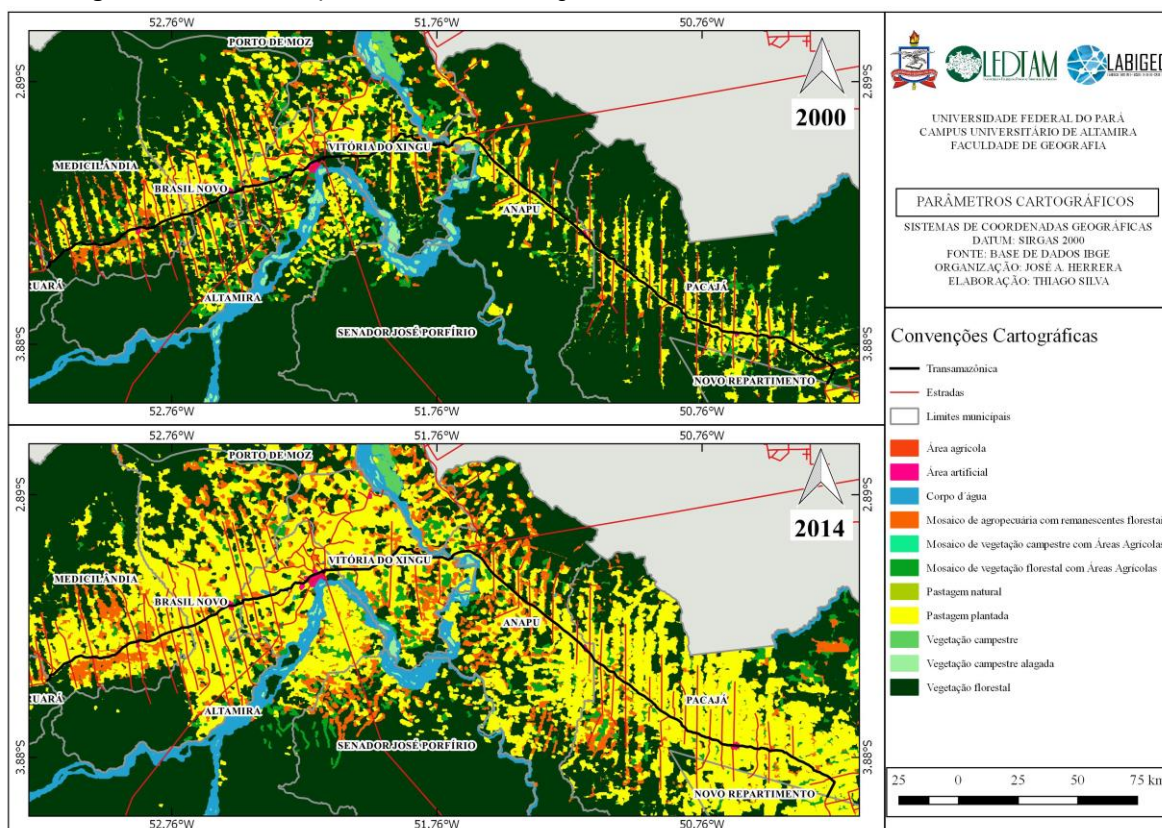
Após a investida na participação de pequenos e médios produtores no desenvolvimento regional, o governo retoma a ideia de dinamização regional por meio da ação de grandes investimentos empresariais via a implantação das atividades agropecuárias, extrativas e industriais que gerassem divisas para o pagamento da dívida externa. A política de incentivo

aumentou, significativamente, a pressão sobre a floresta devido à correlação direta das áreas de pastagens com a exploração de madeira.

No Estado do Pará a rodovia foi dividida em duas porções, em destaque na Figura 02: Oeste – correspondente aos quatrocentos quilômetros sentido Altamira a Rurópolis, essa considerada como área de colonização induzida; e Leste – trajeto entre Altamira e Marabá, nesta porção adotou-se apenas o padrão de ocupação (lotes de cem (100) hectares), pois o processo foi considerado como colonização espontânea, tendo essa região sido povoada prioritariamente por nordestinos. Importante destacar que a porção leste foi considerada com fertilidade inferior a oeste e apresentou maior foco de doenças, sobretudo a malária, dificultando a fixação dos colonos nesta porção da rodovia.

A seguir, na Figura 2, comparando duas imagens recentes (anos 2000 e 2014), é possível verificar a transformação ocorrida ao longo de um trecho da rodovia, ao observar a distribuição espacial do uso e cobertura do solo, nota-se em amarelo a expansão da pastagem plantada. A representação cartográfica seguinte explicita o resultado da política de ocupação de maneira a evidenciar o avanço da pecuária como consequência dos incentivos governamentais durante décadas.

**Figura 02:** Uso e ocupação do solo a margem da Rodovia BR230, anos 2000 e 2014.



Fonte: IBGE, 2019.

Destaca-se o mapa como forma de representar a consequência do esforço governamental em destinar crédito subsidiado a expansão de *commodities*, mas, principalmente para expansão de áreas de pastagens pelos conglomerados econômicos. À medida que os pequenos colonos desistiam de permanecer na terra, devido os inúmeros problemas como falta de incentivo e questões de saúde, os conglomerados econômicos do país assumiam com baixo custo as áreas já “avançadas”, ou seja, desflorestadas pelas famílias de colonos que não conseguiram se manter na terra.

Nestes termos, Guzzo e Santana (2009) afirmam que o projeto político do Estado brasileiro passava por acreditar na derrota da agricultura camponesa e assim ter como justificativa a territorialização de grandes empresas rurais, estabelecendo a concentração fundiária com vastas áreas de pastagens plantadas, como as observadas em amarelo na figura anterior.

A liberação de créditos agropecuários com o intuito de estabelecer o “desenvolvimento” da região por meio da atuação de grandes proprietários de terras, possibilitou estabelecer neste trecho da rodovia (Marabá à Rurópolis) um grande pólo de extração de madeira com a implantação de quinze grandes serrarias e um grupo com vários pecuaristas oriundos do sul do Estado (GUZZO e SANTANA, 2009).

Para Picoli (2006) a colonização promovida foi estrategicamente organizada para atender os interesses da burguesia nacional na Amazônia, de modo que a distribuição das terras devolutas beneficiou ao grande capital em detrimentos aos pequenos colonos e proletariados trazidos a região devido ao projeto de colonização.

Atrelado a expansão da atividade pecuária aconteceu e ainda acontecem inúmeros conflitos sociais, esses em geral devido a sobreposição da lógica de reprodução capitalista a organização e produção dos colonos e populações tradicionais. A bem da verdade é que o Estado não conseguiu gestar a região, faltando o controle sobre a área povoada em função da abertura da estrada, com isso, ano após ano tem aumentado as relações conflituosas, sobremaneira entre os beneficiados por incentivos fiscais e creditícios (grandes fazendeiros) e os colonos que chegaram a região sem receber o mínimo incentivo do governo.

Tais conflitos ganharam relevo quando a extração madeireira ilegal e a pecuária passaram, a partir do final dos anos de 1990, a atrair investimentos cada vez maiores. Contexto reforçado pela liberação de recursos públicos - novamente via SUDAM, para que empresários desenvolvessem projetos florestais e de pecuária bovina nas áreas de CATPs, nas quais o INCRA judicialmente requeria a posse para posterior destinação à reforma agrária. Este quadro demonstra a existência de contradições marcadas pela flagrante divergência entre políticas públicas conduzidas por órgãos federais, que por fim, acabou potencializando os conflitos fundiários na região (FOLHES et al., 2016, p 307).

Exemplo recente da dominação capitalista sobre as terras a margem das rodovias com consequentes relações de conflito, que se julga como resultado do processo de ocupação e ordenamento das áreas a margem da rodovia, é o município de Anapu. Isso, pois, quase a totalidade de terras do município originalmente pertencia a União e na década de 1970, durante a abertura da rodovia, foram concedidas pelo INCRA, na forma de glebas como objetos de Contratos de Alienação de Terras Públicas – CATPs (CPT, 2006). Nos contratos eram previstos que em caso de não atenderem o prazo de cinco anos para tornar a terra produtiva, a mesma deveria retornar ao domínio do Estado e em seguida destinada à reforma agrária.

De acordo a CPT (2006) a devolução das terras não aconteceu e devido a não supervisão do INCRA as terras ficaram vulneráveis a quem mais teria condições de posse e controle, principalmente devido os incentivos não chegarem a todos os sujeitos do território, priorizando majoritariamente os grupos econômicos que buscavam o controle da terra. Neste sentido, Picoli (2006) destaca:

Através dos incentivos oferecidos pelo Estado, ocorreram na prática a concentração da terra, o empobrecimento das massas e a expropriação da terra dos indígenas e dos posseiros, bem como o não acesso aos que chegaram em busca de terra e trabalho (PICOLI, 2006, p. 38).

A política de ocupação, pautada no discurso de integração regional e desenvolvimento do país, na verdade, estabeleceu na região a concentração de terras e produção de espaços de conflitos, como chama atenção Gonçalves (2001).

A apropriação desigual das terras é um dos fatores mais importantes responsáveis por grande parte dos conflitos sociais que ocorrem no país e origem da desigualdade de poder político, econômico e de prestígio na sociedade brasileira como um todo. A Amazônia não foge a esta regra constitutiva de nossa formação social. O que causa estranheza é que os conflitos pela terra sejam graves numa região sempre apresentada como de vasta disponibilidade de terras e caracterizada como de densidade demográfica baixa. No entanto, com toda certeza, há muita terra para pouquíssimos latifundiários (GONÇALVES 2001, p.50).

Mendes (2012) destaca que fazendeiros e empresários da região intensificavam a exploração dos recursos naturais com potencial madeireiro da região favorecida pela confusão fundiária com relação às terras. Em Anapu a exploração madeireira ao atingir seu auge desencadeou o deslocamento de famílias agricultoras para trabalhar em serrarias.

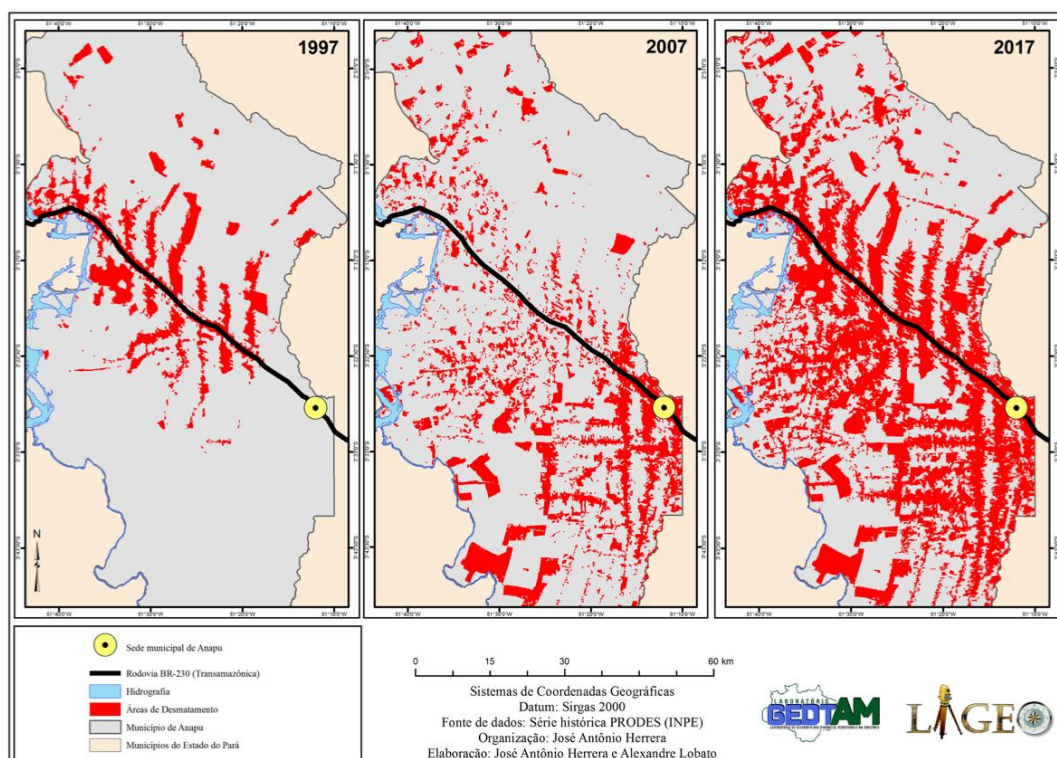
A seguir na Figura 03, composto por três momentos (1997, 2007 e 2017), é possível perceber a evolução do desmatamento a partir da rodovia para as extremidades do território de Anapu.

O exemplo emblemático destacado aqui segue o padrão de ocupação lindeiro a rodovia, como observado na Figura 2, é crescente a expansão da atividade pecuária no território.

Interessante ressaltar o que foi destacado por Mendes (2012), segue o modelo de ciclos, inicialmente o estímulo para retirada da madeira para que em seguida a pastagem seja implantada, com isso justifica-se a lógica de reprodução do desmatamento da rodovia para o interior do território, pois cada vez mais está indo buscar mais longe os recursos desejados. E assim, propalando a substituição de áreas cobertas por florestas, por uma vegetação monoespecífica, como parte de uma simplificação ecossistêmica em maio ao avanço das áreas ocupadas.

Não podendo deixar de expressar a realidade mineradora, pois o desmatamento ao sul do município no limite com o município à esquerda (Senador José Porfírio) apresenta-se uma taxa expressiva de desmatamento, nesta área (limite da Volta Grande do Xingu) se áreas explotáveis à mineração. Efetivamente, pretende-se com exemplo é mostrar que a rodovia muito mais do que integrar a região ao restante do país, historicamente, tem servido para entregar aos conglomerados econômicos nacionais e internacionais os recursos naturais disponíveis no território, com agravante significativo que é devido à ineficiência das políticas públicas tem se internalizado os prejuízos junto à sociedade local, modificando o modo de vida, e no limite expulsando famílias cada vez mais para o interior da floresta, o que também contribui para a degradação dos recursos naturais, repetindo assim o ciclo de “amansamento” da terra.

**Figura 3:** Desmatamento no município de Anapu, anos 1997, 2007 e 2017.



Fonte: PRODES/INPE, 2019.



Para Oliveira (2001, p. 187) “estamos diante de uma estrutura fundiária violentamente concentrada e, também, diante de um desenvolvimento capitalista que gera um enorme conjunto de miseráveis”. Tem-se, no formato adotado de ocupação somado a ineficiência das políticas públicas, a degradação da sociobiodiversidade amazônica em função da reprodução cada vez mais ampliada do capital. A terra vai perdendo seu sentido sócio-cultural, no valor de uso, e passa ter valor de troca e os recursos florestais incluídos no chamado mercado verde - a natureza valorizada como mercadoria, intensificando a exploração e a degradação (CONI e NASCIMENTO, 2018). Neste sentido, Herrera (2016, p. 142) chama atenção para “o momento em que a terra deixa de ter seu valor social e passa ter valor como mercadoria, a desestruturação social é algo marcante, ocorrendo a expropriação de inúmeras famílias”.

Na verdade, tem-se percebido o processo, em que o capital com suas diferentes formas, inclusive “apoiado” em políticas ambientais, exploram os recursos naturais e submete as pessoas a trabalhos análogos à escravidão e espoliativos. Tal processo assemelha-se “à reversão colonial” como definiu Sampaio Jr. (1999, p.427), ou ainda, como afirmou Santo (2006) por estarmos vivendo a formação econômico-social de regressão à situação colonial de novo tipo, ao aceitar os ditames do capital internacional.

## ULTIMAS OBSERVAÇÕES

Mesmo antes da oficialização do lema “homens sem terra para terra sem homens”, usado pelo Governo com o intuito de estimular o deslocamento de pessoas para a região, o processo migratório já era impulsionado pelo Estado como mecanismo de vazão à população que passava por diferentes problemas socioeconômicos no restante do país e por instituições que tinham a ocupação como possibilidade de acumulação do capital. Não à toa, vários são os momentos que explicitam o fenômeno de colonização interna do país.

Uma das consequências consideradas pela forma como foi integrada a Amazônia à economia nacional diz respeito às drásticas mudanças nos hábitos e costumes da população, bem como a interferência na dinâmica socioeconômica e produtiva pré-existente. Isto denuncia mudanças na configuração geral da Amazônia, deixando de ser caracterizada e entendida como uma região geográfica no limite da porção norte do país para tornar-se um território no qual se aprofundam os conflitos em seu interior, por conta dos choques de lógicas e disputas pelo domínio dos espaços. Forjando, igualmente, novas paisagens e novas regionalizações com diversos impactos emergentes, articulando cada vez mais a lógica e dinâmica produtivas locais a

um mercado cada vez mais mundializado, ratificando grande parte da Amazônia na lógica do capital produtivo.

O mote está em compreender a complexidade criada e imposta à dinâmica amazônica, o que antes era entendida como uma síntese de elementos físicos e sociais em integração, reconhecida pela descrição de uma paisagem, critérios econômicos, políticos e administrativos determinados. Com a política de ocupação, sobretudo em consequências as aberturas das rodovias, no caso apresentado aqui a Transamazônica (BR 230), passam a ser observado como espaço de disputas, de e pelos interesses adversos, predominantemente sendo conduzido por forças externas ao modo de vida local, tornando-se um *locus* de confronto pelo poder.

Não que não existissem conflitos e disputas anteriormente. O fato é que, com abertura da rodovia – possibilidade de investimentos e exploração dos recursos naturais com incentivos governamentais, ou seja, com a expansão do modo de produção capitalista e a chegada dos diferentes grupos de interesses promoveram alterações e o aprofundamento dos embates. Com os novos ocupantes, ressalta-se o exercício do poder sobre o espaço, tendo assim o entendimento de território produzido, portanto, e rede, pela prática social e também produto (consumido) vivido e utilizado como meio, sustentando, portanto, a prática social (BECKER, 1983, p.8). Isto é resultado do conjunto das novas e velhas relações de produção que determinam a dinâmica econômica no território.

Igualmente, a ditadura do dinheiro faz com que o capital se movimente geograficamente, explorando as oportunidades abertas pelas vantagens locacionais e guerra dos lugares. Essa mobilização, bem como a desorganização e degradação caracterizam o caos para as sociedades que são subjugadas nas relações e para o capital torna-se uma das formas de impor a sua lógica na reorientação do funcionamento do território.

De acordo com Silva (2007, p.297) o movimento do capital na abertura de novas fronteiras, “normalmente ignora o espaço vivido das comunidades locais e busca refuncionalizá-lo em função da acumulação capitalista” e, por isso, o estudo deve ser feito mediante a compreensão dos processos que expressam formas, estruturas, movimentos e interações espaciais que permitam compreender não só as alterações nas relações e dinâmicas impostas ao “mundo do outro”, mas como tentativa de consolidação de um mercado mundial único.

Na Amazônia contemporânea, pós as políticas de ocupação e aberturas de estradas pela floresta adentro, o território assumi um novo perfil econômico e social, no qual as pessoas e os recursos naturais são subsumidos pela ação das diferentes frações de capital que se aproveitam das condições e relações locais para se reproduzirem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, B. K. *Amazônia*. 6 Ed. Editora Ática. São Paulo. 1998. 109 p.
- \_\_\_\_\_. O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Berta K.; COSTA, Rogério K.; SILVEIRA, Carmem B.; (Orgs.) *Abordagens Políticas da Espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.
- BRANDÃO, C. A. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Editora da UNICAMP. Campinas. SP. 2007. 238 p.
- BRITO, Daniel Chaves de. *Modernização da Superfície: Estado e desenvolvimento na Amazônia*. Dissertação de Mestrado. UFPA / NAEA. Belém. 1999. 296 p.
- BRITTO, Guilherme C. *Prestação de serviços ambientais em unidades de produção familiar rurais no município de Pacajá - território da Transamazônica – Pará – Brasil*. Dissertação. NCADR / UFPA. Belém. 2009. 180 p.
- CANO, W. *Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970 – 2005*. 3 Ed. Editora UNESP, São Paulo. 2008. 294 p.
- \_\_\_\_\_. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970*. 3ed. Editora UNESP. São Paulo. 2007. 382 p.
- COSTA, Francisco de Assis. *Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. UFPA. NAEA. Belém. 2000. 355p.
- COSTA, Francisco de Assis. *Grande capital e agricultura na Amazônia: a experiência Ford no Tapajós*. Editora Universitária UFPA. Belém. 1993. 163 p.
- \_\_\_\_\_. *Grande empresa e agricultura na Amazônia: dois momentos, dois fracassos*. In: Novos Cadernos NAEA. Volume 1, número 1. Junho de 1998. 23 – 78 p.
- CONI, Tereza; NASCIMENTO, Flávio R. do. Planejamento e meio ambiente no Brasil. In: Danasceno, I.; Malheiros, T. (Org.). *Espaços Plurais*. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, v. 1, p. 309-330.
- EGLER, C. A. G. *Uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. p. 267.
- FOLHES, Ricardo; CANTO, Otávio; LÉNA, Philippe; BASTOS, Rodolpho. *Conflitos Fundiários e Reforma Agrária na Amazônia: Experiência do PDS Esperança no município de Anapu*. Passages de Paris 12 (2016) 304-318.
- FURTADO, Celso. *Cultura e Desenvolvimento em época de crise*. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1984.
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 2ª. Ed. Fundo de Cultura.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- GUZZO, Maria Rosário Souza; SANTANA, Nivalda Silva de. *Irmã Dorothy Stang: a mártir dos PDS. A vida de Dorothy Stang na Amazônia*. Anapu, 2009.
- GUIMARÃES, J.C de Macedo Soares. *Transporte no Brasil (suas grandes metas)*. Rio de Janeiro: Lidador Ltda. (1976).
- HÉBETTE, J. Impacto social dos grandes projetos na Amazônia. In: HÉBETTE, J. *Cruzando a fronteira; 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. v.3. Editora Universitária/UFPA. Belém. 2004. 359 p.

- HERRERA, José Antônio. *A estrangeirização de terras na Amazônia Legal Brasileira entre os anos 2003 e 2014*. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária. Ed. Especial, p. 136-164, jun. 2016.
- HERRERA, J. A.; GUERRA, Gutemberg A. Diniz. *Exploração agrícola familiar e o processo de ocupação da região Transamazônica*. Nº. 14. Textos do NEAF. UFPA. Belém. 2006. 13 p.
- KOHLHEPP, Gerd. *Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira*. In: Estudos Avançados. Instituto de Estudos Avançados / USP. Volume 16, número 45. Maio / agosto. São Paulo. 2002. 31-36 p.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento*. Editora Empório do Livro. São Paulo. 2009. 279 p.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. 3 Ed. Editora Hucitec. São Paulo. 1991. 182 p.
- MARX, K.. *O Capital. Livro III, v.5*. Ed. Abril Cultural. São Paulo, 1986. 334 p.
- MENDES, Josilene Ferreira. *O direito vivo na luta pela terra no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Virola Jatobá em Anapu/PA*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, UFPA, Belém, 2012.
- MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes. *As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia*. In: Novos Cadernos NAEA. Volume 7, número 1, Junho de 2004. 91-122 p.
- NASCIMENTO, M. J. Mota. *Acumulação capitalista e Opressão camponesa: a unidade da diversidade (Sul do Pará)*. Belém – Pará, UFPA / NAEA (Dissertação). 1983. 396 p.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A longa marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária*. Estudos avançados 15, 2001.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A reconquista da Amazônia*. In: D'INCAO, Maria A.; SILVEIRA, Isolda M. da (Orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. ICSA/UFPA; Museu Paraense Emílio Goeldi. Coleção Eduardo Galvão. Belém. 2009. 590 p.
- PANDOLFO, Clara. *Amazônia Brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras*. Belém: CEJUP, (Coleção Amazônia; 4). 1994. 228 p.
- PICOLI, Fiorelo. *O Capital e a devastação da Amazônia*. 1 ed. São Paulo. Expressão Popular, 2006. 256p.
- REIS, Arthur Cesar Ferreira. *O impacto Amazônico na Civilização Brasileira: A Transamazônica e o desafio dos trópicos*. Rio de Janeiro: Paralelo. (1972).
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *O impasse da "formação nacional"*. In: FIORI, José Luís (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, RJ. Vozes, 1999. 415-448 p.
- SANTOS, Marco A. Villela. *Formação econômico-social brasileira: regressão a uma situação colonial de novo tipo*. In: WWW.cecac.org.br. Acesso em 17 de fevereiro de 2006.
- SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. EdUsp. São Paulo. 2005. 176 p.
- SANTOS, Roberto A. O. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. T. A. Queiroz. São Paulo. 1980. 358 p.
- SILVA, Carlos Alberto Franco da. *Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial*. In: SANTOS, Milton. *et al.* (Orgs.). *Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3 Ed. Lamparina. Rio de Janeiro. 2007. 409 p.